

### **O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944)\*:**

Alessandro Portelli

*Começo a trabalhar na minuta deste ensaio em 21 de agosto de 1995. Ontem, pela segunda vez em tini mês, a mão de uni desconhecido pintou uma suástica preta na pedra que marca o local, a poucos passos de onde moro, no qual os alemães, em junho de 1944, ao baterem em retirada de Roma, mataram 13 prisioneiros, militares e civis (entre eles, Bruno Buozzi, um dos fundadores do movimento sindical italiano). Poucas semanas mais tarde, os alemães montaram sua linha defensiva perto de Arezzo, na Toscana.*

Em 29 de junho, as tropas de ocupação alemãs executaram 115 civis, todos homens, em Civitella Val di Chiana, uma cidadezinha montanhosa nas proximidades de Arezzo, na Toscana. Neste mesmo dia, 58 pessoas, incluindo mulheres e crianças, foram mortas no povoado vizinho de La Cornia, e 39 no vilarejo de San Pancrazio. Tudo indica que esses atos foram uma retaliação pelo assassinato de três soldados alemães por membros da Resistência, em Civitella, em 18 de junho.

“Ouvi fortes estampidos, batidas nas portas com mosquetes e ordens bruscas. De repente nossa porta foi sacudida por violentas batidas. Fui abri-la e dois alemães entraram na casa corri rifles abaixados; inspecionaram cada cômodo e ordenaram que saíssemos. Em meio a estampidos de tiros e gritos comecei a andar, deixando o povoado acompanhada de meus filhos. Deparei-me com uni espetáculo chocante! Muitos homens Já eram apenas corpos, banhados no próprio sangue; as casas ardiavam em chamas, mulheres e crianças seminuas saíam das casas empurradas pelos alemães. Refugiamo-nos na mata, com outras mulheres cujos maridos, irmãos ou pais haviam sido mortos” (Arma Cetoloni, viúva Caldelli).<sup>1</sup>

---

\* Em: Usos Marieta de Moraes Ferreira y Janaína Amado. *Usos & abusos de la História Oral*. Cap. 8. Fundação Getúlio Vargas. Brasil. 1998. pp. 103-130.

<sup>1</sup> Em Bilenchi, Romano. *Cronache degli armi neri*. Roma, Riuniti, 1984. p. 254. O depoimento escrito das viúvas e sobreviventes de Civitella foi colhido por Romano Bilenchi em 1946, sendo originariamente publicado em *Società*, 2(7 8), 1946. Passaremos a nos referir a essa coletânea no texto pelas iniciais RB e os números das páginas. As mulheres de Civitella adotam orgulhosamente o antigo costume de apor a palavra “viúva” ao sobrenome de seus maridos mortos. Além de manter viva sua memória, isso as identifica de imediato como sobreviventes do massacre. A prática foi mantida neste artigo.

“Quando chegamos à praça da igreja, o que vimos nos petrificou. Quanto desgosto! Pelas portas abertas das casas saíam filas de homens massacrados! Havia pedaços de cérebro por toda parte e o sangue cobria tudo, uma verdadeira carnificina. As casas queimadas começaram a ruir, a poeira e a fumaça eram insuportáveis. Um dos irmãos de meu marido e um tio também haviam sido mortos” (Riria Caldelli, *RB:256 7*).

“[No dia seguinte], com outras mulheres, voltamos ao povoado à procura de nossos maridos. Ao chegarmos à praça, onde estavam todos os chapéus e o sangue, entre choros e gritos, encontramos nossos amados dentro das casas, num estado terrível, todos atingidos na cabeça, e um com a cabeça estourada. Nós, mulheres, não sei de onde nos veio a coragem para fazer tudo isso, carregamos os mortos para a igreja, todas juntas, ajudando umas às outras. Depois de fazer isso, não sabíamos onde ficar, porque o povoado estava num estado deplorável. Voltamos à mata. No dia seguinte, criamos coragem novamente e retornamos ao povoado, onde juntas, ainda nos ajudando umas às outras, construímos caixões, colocamos os mortos dentro e os levamos em carroças até o cemitério. Ali abrimos as covas, baixamos os caixões e os cobrimos de terra” (Lucia Tipipi, viúva Falsetti, *RB:286*).

Esses acontecimentos geraram o que Giovanni Contini muito bem descreveu como uma “memória dividida”<sup>2</sup>. Contini identifica, por um lado, uma memória “oficial”, que comemora o massacre como um episódio da Resistência e compara as vítimas a mártires da liberdade; e, por outro lado, uma memória criada e preservada pelos sobreviventes, viúvas e filhos, focada quase que exclusivamente no seu luto, nas perdas pessoais e coletivas. Essa memória não só nega qualquer ligação com a Resistência, como também culpa seus membros de causarem, com um ataque

---

<sup>2</sup> Contini, Giovanni. La memoria divisa. Osservazioni sulle due memorie della etrage del 29 giugno 1944 a Civitella Val di Chiana, trabalho apresentado na conferência internacional *In Memory. For an European Memory of Nazi Crimes after the End of the Cold War*, Arezzo, 22-24 de junho de 1994. Participei da conferência como debatedor, sem apresentar trabalhos mas com a tarefa a participar das discussões. Foi uma boa e rara oportunidade de comparar o método da história oral com o trabalho de historiadores e antropólogos; pôr aceitei com satisfação a proposta do organizador da conferência, Leonardo Paggi, para pôr no papel alguns de meus comentários de improviso e convertê-los em um documento formal a ser anexado à ata da conferência, onde apareceu a primeira versão deste texto.

Este trabalho, portanto, reflete os trabalhos e documentos da forma como foram apresentados na conferência: minutas de trabalhos; várias entrevistas colhidas em 1993 (farei referência às registradas por Paola Calamandrei e Francesca Cappelletto pelas iniciais dos entrevistados inseridas no texto, e às outras informações nas notas); o depoimento de 1946 colhido por Romano Bilenchi (ver nota 1) e o depoimento escrito extraído de Valli, Ida Balò. *Giugno 1944, Civitella racconta* (Cortona, L'Etruria, 1994), publicado imediatamente após a conferência (no texto, farei referência a este livro pelas iniciais *CR* e os números das páginas).

irresponsável, a retaliação alemã: “Hoje, toda a culpa recai sobre os alemães... Mas nós culpamos os membros da Resistência, porque, se não tivessem feito o que fizeram, aquilo não teria acontecido. Eles mataram em retaliação” (M.C.)<sup>3</sup>.

O atual pároco de Civitella, e sobrevivente do massacre, padre Daniele Tiezzi, está provavelmente correto em seu julgamento de que a ação dos *partisans* foi conduzida com “extrema irresponsabilidade”.<sup>4</sup> Os membros da Resistência das cercanias de Civitella não eram muito organizados, nem politizados; a utilidade de sua ação é, na melhor das hipóteses, duvidosa. Não está claro se pretendiam matar os alemães ou somente desarma-los, se os mataram a sangue frio ou em legítima defesa. Eles pioraram as coisas agindo dentro dos muros do povoado e não removendo os corpos e outros vestígios de sua ação, o que inevitavelmente envolveu a população. Posteriormente, não conseguiram defender ou ajudar o povoado. Mas os que puxaram o gatilho no massacre foram os alemães. A provável irresponsabilidade dos membros da Resistência não pode, de modo algum, diminuir ou justificar a responsabilidade dos alemães.

Essas duas memórias –a das instituições e celebrações inspiradas na Resistência e a da comunidade- entraram em choque muitas vezes no passado, até mesmo em choque corporal, uma vez que a população local entendia as celebrações oficiais em nome da Resistência como uma violação de suas memórias e perdas. A conferência internacional In Memoriam: por uma Memória Européia dos Crimes Nazistas após o Fim da Guerra Fria (Arezzo, 22 a 24 de junho de 1994) foi também uma tentativa dos acadêmicos de tendência esquerdista de reparar a memória menosprezada e violada de Civitella.

Essa reparação, porém, teve lugar num contexto histórico ambíguo, no qual a esquerda, incerta quanto a seus motivos e precavida quanto a qualquer tipo de ideologia, muito freqüentemente adota, sem questionar, os motivos e as ideologias de terceiros, inclusive de seus antigos adversários. Isso foi muito provavelmente o que ocorreu no caso de Civitella, quanto mais não fosse pela natureza dramática dos acontecimentos, a gravidade dos erros do passado, o imenso ressentimento dos sobreviventes.

---

<sup>3</sup> M.C., mulher, 66 anos, entrevistada em 7 de julho de 1993

<sup>4</sup> Entrevistado por Giovanni em 27 de agosto de 1993

As narrativas de Civitella nos deixam estarecidos. No entanto, a tarefa do especialista, após recebido o impacto, é se afastar, respirar fundo, e voltar a pensar. Com o devido respeito às pessoas envolvidas, à autenticidade de sua tristeza e à gravidade de seus motivos, nossa tarefa é interpretar criticamente todos os documentos e narrativas, inclusive as delas. Como tentarei demonstrar, na verdade, quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela “oficial” e “ideológica”, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não-mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas.

Em muitos dos trabalhos apresentados na conferência, contudo, a apreciação reverente –sem dúvida justificada pela dramaticidade dos acontecimentos e pela emoção e dor das testemunhas– prevaleceu sobre a análise e a interpretação. Por isso, embora Giovanni Contini tenha analisado as contradições dos depoimentos dos membros da Resistência,<sup>5</sup> ninguém fez o mesmo com os dos sobreviventes –se não para questionar sua credibilidade, pelo menos para investigar a estrutura e o significado de sua construção narrativa dos eventos. Assim, Valeria Di Piazza se identifica plenamente com a relutância e a necessidade de se expressar dos sobreviventes, e dedica seu trabalho ao dilema do “exprimível e inexprimível” e à dificuldade de comunicar e partilhar o luto e a perda. “O que todos os *civitellini* contam é verdade: não se pode contar, não se pode explicar, não se pode fazer os outros entenderem. Alguém que nunca tenha passado por uma experiência desse tipo jamais conseguirá sentir o que as pessoas de Civitella carregam dentro de si.”<sup>6</sup> Como descreve Pietro Clemente, “é como se os pesquisadores que entram em diálogo com uma dor que a razão não consegue controlar ficassem contaminados por ela e precisassem começar a fazer sua própria elaboração dessa perda.”<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> Em todos os relatos do ataque da Resistência aos alemães, o centro moral e narrativo da história recai sobre a seguinte questão: “quem atirou primeiro?” (Ida Balò, *CR*:35): um constructo defensivo encontrado tanto na literatura e no cinema ocidentais quanto em outras narrativas da Resistência. O comandante *partisan* Edoardo Succhielli e o membro da Resistência Vasco Caroti, que participaram da ação, descrevem contradizendo se em detalhes importantes uma cena na qual um soldado alemão tenta empunhar sua arma, mas os partisans são mais rápidos e o matam em legítima defesa. Todas as variantes das versões da Resistência figuram em *CR* e são discutidas no trabalho de Contini.

<sup>6</sup> Di Piazza, Valeria. *Civitella della Chiarda, 50 years after the massacre*. Trabalho apresentado na conferência de Arezzo.

<sup>7</sup> Clemente, Pietro. *Ritorno dall'apocalisse*, trabalho apresentado na conferência de Arezzo.

Clemente concorda com a avaliação histórica segundo a qual o erro dos membros da Resistência não exime de culpa os alemães; ele salienta, porém, que o ponto de vista antropológico está mais interessado “nas representações de uma comunidade do que na verdade dos fatos ou na tendência dos valores”. O luto comunal, fechado em si, de Civitella, continua Clemente, é um ato de resistência contra o individualismo atomizado do pensamento moderno e, como tal, um “escândalo” contra a “incapacidade do pensamento leigo e da Resistência de entender experiências que não sigam o seu próprio modelo”.

Não tenho certeza se essa incapacidade de entender outras experiências e outros modos de pensar que não os próprios é uma prerrogativa do pensamento leigo e progressista (que, por outro lado, está bem ciente do problema)<sup>8</sup>. Talvez o pensamento religioso, sobretudo o católico, não esteja totalmente imune também. Lidar com experiências que não as próprias e compreendê-las deve, também, constituir a essência mesma da experiência antropológica. Portanto, é verdade de fato que a morte, o luto e a perda são experiências indescritíveis, por si mesmas e pelas limitações intrínsecas da linguagem: é improvável que *qualquer* experiência possa ser verdadeiramente *expressa*; é inquestionável que ninguém pode compartilhar a experiência alheia, dolorosa ou não. Mas não se pode negar o fato de que, em Civitella como em outros lugares, o indizível é dito. O esforço para contar o incontável resulta em narrativas interpretáveis, constructos culturais de palavras e idéias. Por isso, Francesca Cappelletto e Paola Calamandrei encontram em Civitella uma “memória grupal (...) moldada no decorrer de inúmeras ocasiões narrativas”, formalizada em narrativas dotadas de “uma forma bastante coerente, estruturada e centrada num tema político”.

“Existem narradores gabaritados, e até alguns especialistas ‘temáticos’, versados em partes ou episódios específicos da história. Pode se também perceber claramente, nas situações narrativas, um elemento de controle social sobre a forma de relatar os acontecimentos.”<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Por exemplo, a jornalista e política comunista Rossana Rossanda escreve: “A irracionalidade da doença e da morte, da ilusão da felicidade, da solidão, tudo isso são coisas que os movimentos trabalhistas e revolucionários evitam considerar... Difícil, mas maduro, seria admitir que a condição humana, suspensa entre a vida e a morte, este dado biológico e não histórico, o resquício indestrutível da individualidade no sofrimento humano, é a fronteira obscura que delimita o caminho da emancipação política” (Bergman: un dolore senza storia. *Il Manifesto*, 8 nov. 1973).

<sup>9</sup> Calamandrei, Paola & Cappelletto, Francesca. *La memoria lontana di paesi diversi: I massacri nazi fascisti nei racconti*, trabalho apresentado na conferência de Arezzo.

A contradição entre essas narrativas estruturadas e controladas socialmente e o “inexprimível” descrito por Valeria Di Piazza é gritante, mas superficial. É exatamente porque as experiências são incontáveis, mas devem ser contadas, que os narradores são apoiados pelas estruturas mediadoras da linguagem, da narrativa, do ambiente social, da religião e da política. As narrativas resultantes –não a dor que elas descrevem, mas as palavras e ideologias pelas quais são representadas- não só podem, como devem ser entendidas criticamente.

Como escreve Pietro Clemente, “o escândalo inicial (...) foi descobrir que a memória coletiva dos sobreviventes não só se recusava a considerar-se parte do movimento da Resistência, como também opunha se abertamente a ele, acusando os membros locais da Resistência de causadores circunstanciais dos massacres”. Parece-me, no entanto, que, nesse caso, o “escândalo” se traduz num constructo político e narrativo que participa plenamente do senso comum da “área cinzenta”<sup>10</sup> da ideologia italiana. Por exemplo, apenas dois dias após o massacre das Fossas Ardeatinas em Roma, no qual 335 civis foram exterminados em retaliação à morte de 32 soldados alemães, o *Osservatore Romano*, órgão oficial do Vaticano, descreveu os membros da Resistência como “culpados”, os alemães como “vítimas” e as vítimas como “pessoas sacrificadas”.<sup>11</sup> Talvez, o “escândalo” comece aí.

O fato de se traduzir num clichê conservador não diminui a dignidade e a dor dos sobreviventes de Civitella. Na verdade, é uma falha da historiografia da Resistência nunca ter considerado tal senso comum com a devida seriedade; encontra-lo em forma tão “pura” e tão justificada deveria constituir uma oportunidade para entender as limitações éticas da Resistência e o poder dos constructos ideológicos que contribuem para a sua execração na arena política atual (à época da conferência de Arezzo, pela primeira vez na Europa um partido diretamente descendente do fascismo, a Alleanza Nazionale, integrava o governo italiano).

Na verdade, o luto, como a memória, não é um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e a linguagem, mas um processo moldado (“elaborado”) no tempo histórico. Por exemplo: assim como o depoimento dos

---

<sup>10</sup> A expressão “área cinzenta” foi criada por Primo Levi para descrever os prisioneiros de campos de concentração que colaboraram ou serviram de mediadores com as autoridades nazistas (La zona grigia. In: *I sommersi e i salvati*. Torino, Einaudi, 1991. p. 25-52). Mais recentemente, o historiador Stefano Levi Della Torre ampliou a definição para designar a parte do povo italiano que “não tomou partido” entre o fascismo e a Resistência.

<sup>11</sup> Bocca, Giorgio. *Storia dell'Italia partigiana*. Bari, Laterza, 1970. p. 288.

membros da Resistência, o dos sobreviventes também se modifica com o tempo. No depoimento dado no inquérito britânico em 1945 e naqueles colhidos pelo escritor Romano Bilenchi em 1946, o tema da culpa dos membros da Resistência surge ocasional e indiretamente, mas não é o elemento estrutural dominante que passou a ser nas narrativas colhidas meio século mais tarde. Como escreve Contini, “o conflito com os membros da Resistência é menos um ponto de partida do que um ponto de chegada”. O que prevalece claramente é o ressentimento contra os alemães: “e ali choramos juntos, pensando na tristeza que se nos abatera e amaldiçoando os alemães” (Ada Sestini, viúva Caldelli, *RB*:1.055). Muitos narradores insistem na desumanidade e na crueldade dos alemães: “Eram 10 horas, as metralhadoras estavam praticamente caladas, mas escutávamos as vozes daquelas feras sedentas do sangue dos inocentes, cantando, rindo e tocando seus instrumentos”, “terminado o massacre, os alemães, suas mãos e roupas ainda manchadas com o sangue de nossos mortos, enquanto o povoado ruía, comiam pão e queijo com ótimo apetite” (Riria Caldelli, Zaira Tiezzi, *RB*:256 e 280). Essas imagens praticamente desaparecem em depoimentos posteriores, dominados pelo ressentimento contra a Resistência; o próprio tom das narrativas passa dos detalhes materiais de 1946 para as colorações patéticas e clichês ocasionais de 1993/94.

Vários são os fatores responsáveis por essas mudanças. As testemunhas talvez relutassem em criticar os membros da Resistência no período imediato ao pós-guerra, quando estes gozavam de prestígio e de certo poder político; os abusos cometidos pelos membros da Resistência após a guerra, para “punir” pessoas respeitadas pela comunidade e que não haviam sido mais fascistas do que as demais, acentuaram a hostilidade do povo de Civitella; a onda de julgamentos de membros da Resistência, as controvérsias acerca da responsabilidade por Fossas Ardeatinas e a consolidação do senso comum já citado podem ter conferido ao ressentimento dos sobreviventes um aparato narrativo e ideológico que à época do depoimento anterior ainda não tomara forma. Resta o fato de que essa memória e essa perda supostamente impenetráveis estão, de fato, fortemente relacionadas à história e ao tempo.

O que se aplica ao tempo também se aplica ao espaço. Em Valluciole, a poucas milhas de Civitella, em 15 de abril de 1944, os alemães assassinaram 108 homens, mulheres e crianças, mais uma vez em patente retaliação. No entanto, nas entrevistas colhidas em Valluciole, “o tema da culpa [dos membros da Resistência] (...) parece estar atenuado, ou completamente ausente (...). O tema e referência

centrais para os entrevistados é a responsabilidade dos nazistas e fascistas” (Cappelletto-Calamandrei). Afora as explicações dos dois historiadores (estruturas sociais e demográficas diferentes, a estrutura diferente do evento), essa discrepância confirma que o “escândalo” de Civitella não é eterno e universal, e sim histórico e específico. Isso não diminui seu impacto, mas o concentra e especifica, subtraindo o do universalismo genérico para dotá-lo do poder conflitante de uma narrativa em contraposição a outras.

A distinção de Clemente entre os “fatos” do historiador e as “representações” do antropólogo está totalmente correta. Porém, só considerando as juntas é que se pode distingui-las.<sup>12</sup> Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações.

## **Inocência**

*22 de agosto. Junto ao monumento, apenas três ou quatro voluntários mecânicos e artesãos locais, armados com lixas e esponjas, discutem, com competência profissional, as ferramentas necessárias para restaurar os nomes das vítimas. Remanescentes encanecidos da velha comunidade antes da “gentrificação”, talvez eles se lembrem.*

M.C. – Ali! Foi onde começou a triste história!

*Entrevistador* Que aconteceu?

M.C. – Os membros da Resistência mataram os alemães.

---

<sup>12</sup> Quando estudei as narrativas dos trabalhadores de Terni (Úmbria), que datavam a morte de seu camarada Luigi Trastulli pela polícia em 1953, pude reconhecê-las como representações (ou, pelo menos, reconhecer que tipo de representações eram), porque já sabia que o fato realmente acontecera em 1949. Ver meu artigo *The death of Luigi Trastulli: memory and the event*, em *The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in oral history* (Albany NY, State of New York University Press, 1991. p. 1 26).



Quase todas as narrativas do massacre de Civitella começam com a morte dos alemães: “Em 18 de junho (...) pelas mãos dos membros da Resistência, dois soldados alemães foram mortos. Assim começou minha agonia e a de todos de meu povoado”; “Ao anoitecer do dia 18 de junho, não me recordo da hora exata, a calma relativa que reinava no povoado, apesar da proximidade da frente de combate, foi repentinamente interrompida pelo som de tiros”.<sup>13</sup>

Em termos narrativos, o *incipit*, o princípio da história, assinala a passagem do equilíbrio, do estático e da ordem para a desordem, o conflito e o dinâmico. Antes de a história ter início, por definição, nada acontece, ou pelo menos nada que valha a pena contar. Essa abertura padronizada das narrativas de Civitella sugere que, antes da ação da Resistência de 18 de junho de 1944, nada ocorria ali: “nós, em Civitella, tranquilos (...) porque até 18 de junho só havíamos sentido muito pouco da guerra” (M.C.); “em Civitella vivíamos calmos e felizes” (P.F.).<sup>14</sup> Civitella era um povoado “emoldurado pelo verde da mata perfumada”, um “pequeno mundo antigo, cheio de um encanto sereno e misterioso” onde “o sectarismo político extremo, que divide as almas e alimenta o ódio, nunca existiu”. Nem os fascistas nem os alemães incomodavam: “aqueles que, de boa fé, acreditavam naquela política [fascista] não haviam cometido nenhuma ação hedionda”. Quanto aos alemães, “não davam problema” (M.C.):<sup>15</sup> “às vezes, chegavam a entrar nas casas para pedir uma bebida ou algo assim, mas nunca nos incomodavam”. Calamandrei e Cappelletto descrevem essas representações como um “paraíso perdido” e uma era de “ínocência”.

“Tinha oito anos e acho que era uma criança feliz.

Durante a guerra, vivíamos todos juntos na casa da família no povoado, com meus pais, avós, minhas duas irmãs, meus irmãos e muitas outras pessoas que nos eram chegadas...” (Maria Teresa Paggi Massi, CR:303).

“Paraíso” e “ínocência” são imagens estranhas para um povoado sob ocupação nazista, um povoado que passara pelo fascismo e pela guerra. Embora devamos

---

<sup>13</sup> Uliana Merini, viúva Caldelli, em Società (1946), citada em Clemente. (Ritorno dall’apocalissi; Lara Lammioni Lucarelli, CR:271). Seleccionei intencionalmente exemplos de épocas distintas (os anos do pós guerra e o presente) e meios distintos (narrativa oral e depoimento escrito), a fim de mostrar a amplitude dessa abordagem. Contini, em La memoria divisa, também comenta (criticamente) a morte dos alemães para iniciar sua narrativa.

<sup>14</sup> Homem, 67 anos, 7 de julho de 1993.

<sup>15</sup> Ida Balò (CR:3, 9 10); Don Daniele Tiezzi, *Paese mio*, poema (CR, sem número de página); Teresa Milani, viúva Bernini (CR:365).

aceita-las como representações, é preciso, no entanto, que nos questionemos acerca de sua relação com os “fatos”.

Tomemos o depoimento de Alberto Rossi, que tinha 15 anos na época. Ele descreve aquele tempo como de “guerra e tristeza”, mas também, compreensivelmente, como de diversão e brincadeiras de adolescente; surpreendentemente, porém, encontra motivos de diversão precisamente na presença da guerra:

“A oportunidade de satisfazer alguns de nossos desejos surgiu nos primeiros meses do ano, quando, nas redondezas do povoado, os alemães instalaram um depósito de combustíveis e outro de munição. Começamos a fazer incursões a estes lugares e, driblando a vigilância ostensiva dos alemães, freqüentemente conseguíamos surrupiar algumas coisas, o que nos enchia de entusiasmo” (CR:229).

É claro que não há nada de errado com essas reminiscências infantis ao estilo de Tom Sawyer; na verdade, elas nos lembram que a maioria das recordações dos sobreviventes são memórias de homens e mulheres que eram crianças ou adolescentes na época, e que vêem o massacre como o fim de sua infância ou juventude. O problema surge, porém, quando essa memória infantil é repetida sem mudanças pelo narrador adulto, e contribui para a formação da memória contemporânea. Alberto Rossi, por exemplo, não se recorda de que, em abril de 1944, por causa de uma incursão àquele mesmo depósito de munição, os alemães mataram um menino de 17 anos, Giulio Cagnacci. Rossi tem todo o direito de esquecer; nós, na qualidade de historiadores e antropólogos, temos o dever de considerar não só a morte de Cagnacci como um fato, e sua omissão no depoimento de Rossi como uma representação, mas também como um se desdobra em outro.<sup>16</sup>

O mesmo se aplica a representações mais amplas da Civitella do pré-guerra. O povoado não desconhecia a articulação e a tensão territorial e de classes. Os velhos muros separavam hierarquicamente a população urbana (proprietários de terras, artesãos, profissionais) da rural e dos lugarejos afastados: “este povoado era muito

---

<sup>16</sup> Um dos poucos depoimentos que citam Cagnacci é também um dos poucos que não confirmam a imagem idílica: “Desde os primeiros meses de 1944, nós, em Civitella, vivíamos na expectativa ansiosa de um futuro iminente e atemorizante de guerra. Essa ansiedade tomou conta do narrador (à época com 11 anos) devido ao fato de seu pai ter de mostrar diariamente, seus documentos ao cruzar a zona do depósito de munição para se dirigir ao trabalho. “Alguns meses antes, nessa área, Gino Cagnacci tinha sido morto ( ... )” (Dino Tiezzi, CR:292).

invejado pelos povoados das redondezas (...) porque era um lugar próspero” (V.L.); “Nascemos em berço de ouro! Não nos dávamos com os camponeses... Tendíamos a ser gente da cidade! Pensávamos que éramos um pouco melhores do que eles”, afirma M.C. Mais abertamente, S.M. fala do “ódio” entre Civitella e a sede do condado, Badia al Pino. Acrescenta que, quando abriram a estrada entre Civitella e o lugarejo de Cornia, “uma massa de trabalhadores começou a transitar pelo povoado, e essa massa de trabalhadores não valia absolutamente nada. [Edoardo] Succhielli [o chefe da Resistência] mora lá”.<sup>17</sup>

Nesta frase final, S.M. enquadra o conflito entre sobreviventes e membros da Resistência no contexto das tensões preexistentes entre os “nascidos em berço de ouro” e os “camponeses”, os “artesãos” e os “trabalhadores”. A raiva contra os membros da Resistência pela matança irresponsável dos alemães dentro dos muros do povoado também comporta o sentimento de invasão do espaço do povoado pelas classes inferiores do campo. Essa invasão continuou após a guerra, quando os “jovens comunistas” do campo passaram a mandar no povoado (Duilio Fattori, CR:448) em parte, talvez, em represália pelas humilhações do passado.

Existe, portanto, um duplo deslocamento, temporal e espacial. No espacial, os invasores são os membros da Resistência, ao invés dos alemães. No temporal, a história não tem início com a guerra, ou mesmo com a primeira vítima local dos alemães, mas só com a primeira reação dos membros da Resistência.

Parece-me que este é o significado básico e radical do “escândalo” de Civitella. É a esquerda que causa “escândalo”, porque insiste em contrariar a ordem natural das coisas natureza, desigualdade humana, o mercado. A própria existência da esquerda é uma invasão, uma interferência, injetando conflito e história na quietude e na natureza.<sup>18</sup>

Obviamente, como a ordem natural coincide com o poder dos mais fortes sobre os mais fracos, a culpa da esquerda (e as narrativas de Civitella salientam

---

<sup>17</sup> Homem, 62 anos, 11 de setembro de 1993.

<sup>18</sup> A figura do paraíso perdido serve também para questionar a necessidade da presença dos membros da Resistência: “Eles não deviam ter feito aquilo porque tinham que compreender que, mesmo sendo alemães, eram pessoas que não incomodavam ninguém” (A.M., homem, 64 anos, 9 de setembro de 1993). Vários narradores menosprezam o significado da luta dos membros da Resistência, atribuindo lhes motivos oportunistas ou desonestos: roubavam, ou somente fizeram isso para escapar do alistamento (isto é, para não lutar pelos fascistas ou alemães). Esse tipo de acusação é bastante comum.

sistematicamente esse ponto: “O que quero dizer é que, quando não se tem força, como ter a ousadia de matar um alemão?”, PC.) é também ser fraco e parte dos fracos; sempre levantar armas contra o céu e nunca conquista-lo.

As narrativas de Civitella, ao contrário, não pretendem questionar qualquer ordem. Seus violentos ataques aos membros da Resistência nunca se inserem no contexto de uma opção ideológica explícita anti-Resistência. Os narradores não se preocupam em contrariar a ideologia geral da Itália como uma “república nascida da Resistência” (como diz a voz corrente), mas a impregnam de seu ressentimento contra a Resistência da região: “odiava se os membros da Resistência não aqueles do Norte, mas aqueles pseudomembros, os locais” (V.C.);<sup>19</sup> “eu chamaria de membros da Resistência aqueles do Norte, que protegiam as fábricas, não esses daqui!” (P.F.); “admiro os membros da Resistência do Norte, que devem ter feito algo de bom. Mas esses, esses da nossa região, não!” (13.B.).<sup>20</sup>

Esta é uma variante da síndrome “não no meu quintal”: no caso da “área cinzenta”, todos os atos da Resistência são válidos em termos abstratos e à distância, nunca em termos concretos e perto de casa. Como todo senso comum, é claro, esse discurso só se mantém por conter um fundo de verdade: seja porque tenham tido menos tempo para se organizar, o fato é que os membros da Resistência da Itália central costumavam ter menos senso de direção e estratégia do que seus irmãos do Norte. O significado ideológico desse discurso, no entanto, difere da função referencial que o sustenta: narrativas paralelas anti-Resistência, louvando a no geral e culpando a no particular, podem ser encontradas por toda a Itália, inclusive no Norte. Algumas das premissas desse discurso, portanto, merecem uma análise mais atenta.

Primeiro a utilidade imediata da ação da Resistência é unia questão controversa e, ao mesmo tempo, parcial. Numa guerrilha, nenhuma ação isolada pode ser considerada decisiva; no entanto, a guerra de desgaste levada a efeito pela Resistência causou tantos problemas para a retaguarda alemã que obrigou o desvio de forças expressivas para a constante “limpeza” do território.<sup>21</sup> Apesar de constituírem uma retaliação e uma represália contra ações individuais de membros da Resistência, os inúmeros massacres alemães na região dos Apeninos Toscanos serviam principalmente ao propósito de proteger a frente de batalha dessa fonte de

---

<sup>19</sup> Homem, 63 anos, 4 de outubro de 1993. <sup>20</sup> Mulher, 86 anos, 9 de julho de 1993.

<sup>20</sup> Mulher, 86 anos, 9 de julho de 1993.

<sup>21</sup> Droandi, Enzo. *I massacri avvenuti attorno ad Arezzo dei documenti della "Wehrmacht"*, estudo apresentado na conferência de Arezzo.

distúrbio, que incluía a não colaboração de grandes setores da população em geral. Em seus primeiros depoimentos, as mulheres de Civitella salientaram que os alemães deixaram passar 11 dias antes de retaliarem: “a vida voltara à calma anterior”, “nesse meio-tempo os alemães punham em prática à perfeição seu vergonhoso engodo” (Corinna Stopponi, viúva Caldelli, Elda Morfini, viúva Paggi, *RB:260, 278*): a implicação parece ser que o vínculo entre a ação da Resistência e o massacre talvez seja menos direto do que se quis fazer crer. Por outro lado, três dias apenas após os massacres, Civitella foi escolhida como baluarte de defesa da retirada alemã. Em 2 de julho, quando os alemães se instalaram, o território havia sido completamente limpo.

Segundo, a importância dos membros da Resistência é mais moral que militar. O Eixo teria perdido a guerra mesmo sem sua intervenção. Mas é por causa da existência dos *partisans* que os italianos podem afirmar terem sido atores e não simples objetos de sua própria libertação. A utilidade da Resistência, assim como a dos regimentos afro americanos na Guerra Civil, está no que para outros é a sua culpa: no fato de ter existido. Se tivermos isso em mente, talvez possamos entender a necessidade psicológica por trás do ataque malconcebido em Civitella: a par de muitas outras motivações ocasionais e menos nobres, os membros da Resistência precisavam provar que existiam, porque de sua existência dependia a libertação de todo o país.<sup>22</sup>

A presença histórica da Resistência destaca, por contraste, a tendência dos narradores de menosprezar a sua própria. VC., por exemplo, exalta os “mártires [de Civitella], que nada fizeram contra os fascistas, que lutaram na 1 Guerra Mundial, que deram ao país o que deles se esperava”. Dessa forma, reivindica para as vítimas de Civitella as grandes virtudes cristãs e subalternas da docilidade e da obediência; ao descreve-las como “mártires”, insere as na grandiosa narrativa da cristandade, mas viola o significado de suas mortes exatamente como os membros da Resistência, que as chamam de “mártires” da Resistência. Os mártires são sempre “culpados” de uma desobediência militante e plenamente cientes de suas conseqüências; as vítimas de Civitella, pelo contrário, “morreram inocentes”: “não tínhamos feito nada de errado, só nos preocupávamos com o trabalho, com a família”. Os mortos de Civitella (à exceção

---

<sup>22</sup> O *partisan* Visco Caroti afirma (embora todos os sobreviventes neguem) que a ação também foi levada a efeito porque a população do povoado reclamava que a Resistência não estava fazendo nada (CR).

de um)<sup>23</sup> nada tinham feito que pudesse explicar sua morte: vítimas, não mártires, sua perda é ainda mais difícil de explicar e entender.

A inexplicabilidade dessas mortes também é função da definição puramente negativa da inocência, no seu sentido etimológico de inofensividade (*non nocere*). Não ter culpa, porém, não significa não ter responsabilidade: uma coisa é não ter feito nada de errado; outra é não ter feito nada contra o errado. Nessas narrativas, pelo contrário, não ter feito nada contra o fascismo e a ocupação alemã torna-se quase uma virtude: é a inocência da “área cinzenta”, do chamado *attesimo* (ficar à espera), daqueles que “não se envolvem com política” e tentam ficar ao largo da história somente para tê-la súbita e brutalmente jogada na cara.<sup>24</sup>

A abordagem desistoricizante também molda o juízo que se faz dos alemães. Em *Moby Dick*, quando o capitão Ahab anuncia sua intenção de perseguir e punir a baleia branca, seu imediato, Starbuck, contra-argumenta dizendo que seria um sacrilégio punir uma “besta estúpida” que “o ataca por instinto cego”.<sup>25</sup> Sendo um ser natural, a baleia não é moralmente responsável. Se parte o mastro da embarcação de Ahab, se a afunda e afoga a tripulação, a culpa é exclusivamente de Ahab, por tê-la acossado.

M.C. -Todos sabem que os alemães são uma raça ruim que são cruéis ) Por que se meter com eles? Veja bem há um leão, e ele é selvagem, mas já comeu; por que se meter com ele? Ele come mesmo quando não está faminto! É selvagem!

VC. também bate na mesma tecla: os membros da Resistência sabiam que os alemães eram selvagens e cruéis (*feroci*), e não deviam tê-los provocado. Quanto mais os narradores de Civitella classificam os alemães de “bestas selvagens” (*bestie*,

---

<sup>23</sup> O pároco Alcide Lazzeri teve a oportunidade de escapar e salvar a vida, mas voltou para morrer com seu rebanho. Esse episódio será discutido mais adiante neste artigo.

<sup>24</sup> Como relembra um colaborador dos nazistas, foi precisamente a insistência em que o povoado era inofensivo e pacífico que acentuou o sentimento de “traição” nos alemães (Constantino Civitelli, CR:265). A frase de V.C. “eles nada fizeram” é a mesma que os trabalhadores de Terni repetiram com raiva e frustração ao recordarem que “nada tinham feito” quando um de seus companheiros, Luigi Trastulli, foi morto pela polícia (Portelli, *The death of Luigi Trastulli*). Terni é uma grande cidade industrial, Civitella uma pequena comunidade rural, e seria absurdo esperar as mesmas reações. No entanto, é irônico que a vergonha de um lugar seja a virtude de outro. Só me resta conjecturar (apesar de não haver o menor indício disso nas entrevistas) se o ressentimento contra a Resistência de Civitella também não teria um resquício de constrangimento por nada terem feito contra os fascistas e os alemães. O único indício são as passagens, nas quais os sobreviventes alegam que “defenderíamos o povoado” se os membros da Resistência tivessem ajudado (M.I., C., M.C.).

<sup>25</sup> Melville, Herman. *Moby Dick*. Harmondsworth, Midds., Penguin. p. 261 2.

*belve*)<sup>26</sup>, mais me parece que esses termos, originariamente empregados para denunciar a crueldade dos alemães, acabaram por absolvê-los, removendo os da esfera do julgamento moral: a ferocidade dessa “raça ruim” é tão inevitável quanto um fato natural. Nos depoimentos contemporâneos escritos e orais, em nenhum momento é questionada a “lei” que cobrou, na época, vidas italianas em troca de cada alemão morto.

“Haviam afixado na prefeitura: Para cada alemão morto, 15 civis serão mortos. Tinham avisado a população. Portanto, se chegaram a fazer essa retaliação quero dizer, alguém os levou a isso!”<sup>27</sup>

Os membros da Resistência “sabiam que a regra dos 10 por um estava em vigor” (V.C.), “sabiam que, para cada alemão, 10 civis seriam mortos” (P.C.). A forma passiva impessoal (“civis seriam mortos”) tira os alemães da posição de sujeitos gramaticais ou morais. A lei existe, e pronto. Ninguém questiona quem a criou, com que autoridade e com a anuência de quem; ninguém pergunta se sua execução é sempre inevitável ou se envolve, a cada vez, uma escolha moral por parte de seres humanos.

As únicas leis aplicáveis sem a anuência dos que a elas estão sujeitos e que são inevitavelmente cumpridas, sem qualquer mediação, são as leis da natureza. Se alguém põe o braço dentro da jaula, o leão morde; se alguém caça Moby Dick, a baleia abre um rombo na embarcação; se alguém ataca alemães, os alemães retaliam. O leão, a baleia e os alemães não são responsáveis. A responsabilidade só recai sobre aqueles que, sendo humanos, tentam interferir com a natureza e suas leis. Talvez seja por isso que ninguém indague por que, se a “lei” estipulava 10 italianos para cada alemão, o coeficiente de Civitella foi de 50 para um.

## **Mito e política**

*23 de agosto. O monumento está limpo, os nomes restaurados. Em agradecimento aos que fizeram o trabalho e não em homenagem aos mortos, algo envergonhado e esperando que ninguém me veja, compro flores e as coloco ao pé do monumento.*

---

<sup>26</sup> Ver RB: 256, 268, 279-81.

<sup>27</sup> Mulher, 68 anos, 7 e 8 de julho de 1993. A narradora também alega que os alemães “obececiam ordens” (de quem?) e que “foram traídos”.

O momento mais comovente da conferência de Arezzo ocorreu na praça de Civitella, onde o massacre começou. Ida Balò, reconhecida porta voz da comunidade e de sua memória, recontou a história, costurando numa dramática colcha de retalhos as narrativas de seus vizinhos e amigos, e apontando os locais onde cada cena ocorreu. Mais tarde, numa apresentação comovente na igreja (*Vozes da Memória*, de Paola Balò) conferiu às mesmas histórias a forma de uma peça sacra.

A narrativa na praça e a peça na igreja destacaram três episódios que eu ainda não conhecia e que tinham toda força e a distinção de um mito: o pároco Alcide Lazzeri implora aos alemães que o matem e salvem seu rebanho, e é morto com os demais; um soldado alemão se recusa a atirar contra as vítimas e é morto por seus companheiros; anos mais tarde, dois alemães, um deles veterano de Civitella, visitam o povoado e pedem perdão ao pároco, o que lhes é concedido.

A história da oferenda sacrificial do padre Lazzeri figura em uma narrativa de 1946 e é contradita por outras. Segundo Maria Assunta Menchetti, ele disse aos alemães, “levem me e poupem meu povo”; Corinna Stopponi e Gino Bartolucci, que estavam mais perto do local (ele era um dos detidos e viu o padre ser morto) dizem apenas que ele “morreu como herói, depois de abençoar seu povo” (*RB*:268, 261 e 277). A narrativa atual, no entanto, somente dá crédito à primeira versão, que coloca o padre no papel sancionado pela martirologia cristã (*CR*:95, 285 e 211). É quase certo, porém, que o padre se negou a salvar se e voluntariamente morreu com seu rebanho.<sup>28</sup>

Os outros dois episódios são confirmados cada um por uma única testemunha:

“De repente vi um sargento gesticular como se estivesse dando uma ordem. Cinco homens foram então empurrados para a escola maternal, entre eles o padre, acompanhado por um jovem seminarista (...) Parece que o sargento ordenou a um soldado armado que atirasse. Mas aconteceu o inesperado: o soldado que recebera a

---

<sup>28</sup> Ida Balò trata o episódio do padre se oferecer em sacrifício por seu rebanho como fato. A história é também confirmada por Luciano Giovannetti Vescovo, que estava ao lado como coroinha, e pela sobrinha do padre, Lina Rossi. Suas narrativas, porém, descrevem seqüências temporais diferentes. A história não é mencionada no depoimento de Bartolucci durante o inquérito inglês de 1944, nem no depoimento recente de sua filha (*CR*:100, 123). Por outro lado, oferecer se em troca dos demais faz pouco sentido, uma vez que a intenção dos alemães era visivelmente matar tanto ele quanto os outros. Lina Rossi e o padre Daniele Tiezzi testemunham que o padre poderia ter escapado, mas voltou por vontade própria para morrer. Suas versões, no entanto, diferem. Tiezzi diz que foi um soldado alemão que apontou o caminho para uma possível fuga, o que Rossi não confirma.



ordem fixou o olhar nos prisioneiros e não se mexeu. O oficial o repreendeu, podíamos perceber por seus gestos e tom de voz, e novamente ordenou que atirasse. Mas o soldado continuou indeciso. O sargento, então, empurrou o para o lado, e com uma arma que parecia uma metralhadora, atirou contra os cinco homens.

[Então o sargento] empurrou o “traidor” e, gritando com raiva palavras que não pude entender, virou o e atirou em sua cabeça” (Luigi Bigiarini, *CR:259-60*).

“Numa bela manhã de julho de 1983, dois homens de idade bem avançada me visitaram na paróquia de Civitella della Chiana. Pediram para falar com o pároco. Disseram que eram alemães, e, um deles, que fizera parte do destacamento armado que, naquela manhã de 29 de junho de 1944, semeou a morte e a desgraça em Civitella.

[Ele me disse:/ “Sou um dos alemães que aqui estiveram para a retaliação naquele dia. Diga ao povo deste povoado, padre, que sofri muito em minha vida, que éramos muito jovens e que Hitler envenenou nossa juventude. Peço perdão para todos” (Padre Enrico Biagini, *CR:453*).

Não há por que questionar a credibilidade desses episódios para identificar sua dimensão mítica: um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando o na formalização, simbólica e narrativa das auto representações partilhadas por uma cultura. Nesse caso, através das narrativas de sacrifício, compaixão e perdão, a comunidade de Civitella formaliza sua relação com o evento mais dramático de sua história e sua própria identidade de comunidade cristã. Foi por isso que o padre teve a autoridade para perdoar em nome de todos, sem consultar ninguém.

O que ainda surpreende é que o visitante alemão tenha insistido em minimizar sua própria responsabilidade, lançando a culpa de tudo na juventude e em Hitler, e que o padre não tenha pensado em pedir aos visitantes nem mesmo seus nomes e endereços ou unidade militar (não-identificada na época). A função mais especificamente mítica da história, no entanto, consiste na função clássica do mito: reconciliar os opostos; neste caso, a imagem de Civitella como uma comunidade cristã e indulgente com a implacabilidade em relação aos membros da Resistência:

VL. – Mantivemos, mesmo passados 50 anos, essa atitude hostil, não é, para com os membros da Resistência; ainda sentimos assim, não é mesmo? (...) apesar de nosso credo religioso.

I. – Porque uma vez ou outra eles deveriam ter vindo, deveriam ter dito: estávamos errados!<sup>29</sup>

V.L. – Ainda não está em nós perdoar..

I. – ... freqüentamos a igreja...

VL. – Mas devíamos. Temos que mudar..

M.C. – Acreditando em Deus como acreditamos, temos que perdoar ..

VL. – Perdoar porque eles, também, cometeram um erro, eram apenas meninos, viram as armas, fizeram o que foi mais fácil...

I. – Sem pensar nas conseqüências... eram jovens...

VL. – Temos que ver as coisas de modo diferente depois de 50 anos ...

I. – Devíamos pedir ao Senhor, nós não temos forças...

M.C. – Não é algo que possamos controlar. Está dentro de nós!

O fator crucial está na frase de I.: pelo menos um alemão pediu perdão por todos, mas jamais um membro da Resistência o fez (VL. volta mais adiante a esse ponto: “em todos esses anos, riem tinha única vez, algum membro da Resistência disse algo como: nossa ação foi um erro”). Ao perdoar os alemães, Civitella atenua suas dúvidas quanto a não perdoar os *partisans*: os alemães se arrependeram, os membros da Resistência não. Dessa forma, Civitella pode manter tanto sua imagem de comunidade cristã, quanto seu ressentimento contra os membros da Resistência.<sup>30</sup>

A história do soldado relutante, por outro lado, faz parte de uma narrativa mítica encontrada em toda a Europa, inclusive no massacre das Fossas Ardeatinas, conhecida como a história do “bom alemão”. Esse mito, freqüentemente associado a episódios da II Guerra Mundial (inclusive o das Fossas Ardeatinas)<sup>31</sup> é, por sua vez, uma variante de uma narrativa mais ampla, encontrada também em outros contextos. Por exemplo, tanto nas fontes orais quanto nos anais do Congresso há uma versão da morte de Luigi Trastulli em Terni: “Luigi Trastulli estava escalando um muro e uma

---

<sup>29</sup> Mulher; não foram fornecidos dados pelos entrevistadores.

<sup>30</sup> Padre Daniele Tiezzi diz que perdoou os membros da Resistência “com grande dificuldade”.

<sup>31</sup> O oficial em comando do destacamento alemão atacado pelos membros da Resistência foi dispensado por motivos religiosos de executar a retaliação. Um soldado desmaiou durante a execução em massa das 335 vítimas. Escreve Giorgio Bocca: “Foi dito a seu respeito que ele se recusou a atirar por motivos religiosos. É falso: nenhum alemão hesitou” (*Storia dell'Italia partigiana*, p. 285). Eric Priebke, um dos oficiais que comandou o massacre, afirma que o Vaticano ajudou o a deixar a Itália, com segurança, no final da guerra (*La Repubblica*, 9 e 10 de maio de 1994).

rajada de metralhadora matou o instantaneamente. Vimos Luigi soltar a beira do muro enquanto outro policial, talvez mais humano, baixava sua arma”.<sup>32</sup>

Na verdade, Luigi Trastulli foi morto no meio da rua. Transferir o ocorrido para o muro relaciona o evento à iconografia da Resistência (as imagens de *partisans* executados) e, o que é mais importante, à crucificação. De fato, as origens do mito podem ser provavelmente encontradas nos contos folclóricos inspirados nos evangelhos apócrifos, nos quais um centurião romano impede um companheiro de ferir Jesus com sua lança.

Como em todas as imagens míticas, esta não tem apenas um significado: um mito não é uma narrativa unívoca, mas uma matriz de significados, uma trama de oposições: depende, em última análise, de o individual ser ou não percebido como representativo do todo, ou como uma alternativa para o todo. O “bom alemão” e o centurião indulgente podem tanto confirmar a fé no resquício de humanidade que sobrevive até mesmo nos mais cruéis torturadores, quanto destacar, através da humanidade de um, a desumanidade de todos; isso pode querer dizer que os soldados se viram obrigados a atirar sob pena de perder as próprias vidas.<sup>33</sup> ou que era possível resistir e se mais de um tivesse resistido talvez a tragédia fosse evitada. Como afirma Primo Levi, referindo-se a um incidente em Auschwitz: “se os alemães anômalos, capazes desse pequeno gesto de coragem, fossem mais numerosos, a história do passado e a geografia do presente seriam diferentes”.<sup>34</sup>

O ponto central do mito, em todos os casos, é que quando a violência coletiva gera vítimas inocentes (Cristo, Ardeatina, Trastulli, Civitella), sempre existe entre os assassinos algo ou alguém que resiste. Talvez seja verdade, ou talvez apenas tenhamos necessidade de acreditar nisso. Em seu intrigante *Il disperso di Marburg* (O soldado perdido de Marburg), o historiador e líder da Resistência Nuto Revelli, indaga acerca de um possível “bom alemão” que costumava cavalgar pelos campos de Cuneo

---

<sup>32</sup> Ivano Sabatini, Terni, 25 de janeiro de 1976, entrevistado por Valentino Paparelli, citado em Portelli (*The death of Luigi Trastulli*, p. 9). Em um discurso perante o Parlamento (2 de abril de 1949), o socialista Tito Oro Nobili afirmou que um policial estava a ponto de disparar, de uma janela, sobre a multidão, e que um de seus companheiros o impedira (Bogliari, Francesco. *Tito Oro Nobili*. Perugia, Quaderni Regione dell’Umbria, 1977. p. 219 28).

<sup>33</sup> Gennara Magini Guldani (CR:433 4), cujo pai foi ajudado por um soldado alemão a chegar à segurança durante o massacre de Cornia, declara também que o “bom alemão” foi morto por seus companheiros. Outras variantes locais do tema do “bom alemão” podem ser encontradas na narrativa de M.C. (ela foi poupada por um soldado alemão a quem seu pai pedira clemência de joelhos) e na versão do padre Daniele Tiezzi sobre a morte do padre Lazzeri. A idéia de uma pessoa honrada que redime uma comunidade de pecadores também tem raízes bíblicas: ver Gênesis, 18:23 33.

<sup>34</sup> Levi, Primo. *Lettere di tedeschi*. In: *I sommessi e i salvati* (1986. Torino, Einaudi, 1991. p. 139).

durante a guerra, e sobre seu próprio e irresistível impulso de acreditar nessa imagem e de saber mais detalhes a seu respeito. Por fim, Revelli e seus colaboradores conseguem dar um nome e uma biografia àquela imagem, mas não confirmam a inocência do homem e seu não-envolvimento nos massacres nazistas ocorridos na região. Um dos jovens correspondentes alemães de Revelli escreve:

“A imagem do ‘cavaleiro solitário’ que afaga crianças e toca Bach nas horas vagas está se desfazendo. A meu ver, o mais provável é que estivesse patrulhando o território. É melhor encarar a realidade, ao invés das imagens criadas por nossas mentes. Mas o que seria de nós sem essas imagens?”<sup>35</sup>

A imagem do nazista amante da música, familiar à iconografia dos campos de concentração, e a imagem clássica do soldado invasor que distribui balas às crianças (repetida em tantos filmes americanos) são produtos da mente do correspondente de Revelli. Por outro lado, ambas têm uma base factual em Civitella: o padre Tiezzi se recorda dos quatro soldados austríacos católicos que, antes do massacre, vinham ajudar a cantar a missa na igreja; e os que distribuíam balas eram os mesmos soldados que percorreram as ruas de Civitella cercados de crianças a caminho de serem mortos pelos membros da Resistência (Alberto Rossi, *CR*:231). São os primeiros “bons alemães” na história. Nas narrativas de 1946, por outro lado, eles só são lembrados como “bêbados” e “embriagados”, enquanto os únicos nazistas musicais citados são os que cantavam e tocavam seus instrumentos enquanto Civitella ardia em chamas (*RB*:272, 278 e 256).

O fato de essas imagens se embasarem em fatos não invalida sua condição mítica: na verdade, o principal processo de criação de mitos em curso na memória de Civitella parece ter mais a ver com a amplificação do significado de eventos isolados do que com puras e simples invenções. O que realmente importa não é se os bons alemães realmente existiram e distribuíam balas, mas a necessidade ingente, mesmo em suas vítimas ou inimigos, de acreditar em sua existência. “O que seria de nós sem aquelas imagens?”

Fiquei tão impressionado com a narrativa pública de Ida Balò que no dia seguinte aproveitei a oportunidade do intervalo de almoço na conferência para pedir a ela que me contasse de novo as histórias do perdão e do bom alemão e me respondesse algumas perguntas. O fato mais surpreendente que ela me contou foi

---

<sup>35</sup> Revelli, Nuto. *Il disperso di Marburg*. Torino, Einaudi, 1994. p. 165.

que, por muito tempo, a população de Civitella não acreditara na história do bom alemão porque a única testemunha não era um nativo de Civitella: evidentemente, a narrativa do povoado não podia assumir sua história.<sup>36</sup> As pessoas ou não acreditavam nela ou não lhe davam importância. Só “há cerca de 10 anos”, explicou Ida Balò, é que a história passara a fazer parte da memória coletiva do povoado, e de sua própria narrativa comunal.<sup>37</sup>

Balò também repetiu a história do alemão que pediu para ser perdoado de forma muito semelhante à do depoimento escrito do pároco, com apenas duas variantes: para ela a visita ocorrera à noite e o fato se dera “há cerca de 10 anos”.<sup>38</sup> Nossa conversa se deu em 1994, à época do cinquentenário do massacre; evidentemente, “há cerca de 10 anos” Civitella se preparava para celebrar outro decênio de aniversário, e essas duas narrativas míticas passaram a fazer parte desse processo.

Civitella sempre se opôs às celebrações oficiais realizadas em nome da Resistência. Por muito tempo, manteve-se a oposição entre as celebrações civis na praça e as cerimônias religiosas na igreja e no cemitério: “Nesses 50 anos, nunca passamos o 29 de junho sem celebrá-lo (...) Estou falando da celebração religiosa, entende? Porque nunca participamos de nenhuma outra cerimônia” (VL). Aos poucos, no entanto, a oposição acabou se convertendo em celebrações públicas alternativas, articuladas com base na narrativa oficial, fundamentada nos próprios mitos e valores dos sobreviventes, e confiadas às suas próprias instituições. É significativo que VL. descreva a celebração de 1984 como “a primeira”, não porque tenha sido de fato, mas porque pela primeira vez se sentia publicamente representado.

PC. – A primeira comemoração foi quando inauguraram a capela do cemitério e Fanfani veio.

---

<sup>36</sup> Não há qualquer menção ao “bom alemão” no depoimento prestado por Gino Bartolucci à comissão de inquérito britânica em 1944. Bartolucci foi fuzilado junto com outros homens, mas ficou apenas ferido e sobreviveu, fingindo-se de morto. Teve, portanto, condições de testemunhar toda a execução em massa. O depoimento de sua filha também não menciona a história (Ilva Bartolucci A. Saletti, *IB*:323).

<sup>37</sup> Foi uma conversa informal, por isso não pensei em gravá-la. Estou usando as anotações que fiz logo após o término da conversa. A discussão apresentada neste trabalho baseia-se nos comentários que fiz na conferência; a senhora Balò estava na platéia e eu, depois, lhe perguntei se havia distorcido o que me contara; ela afirmou que meu relato estava correto.

<sup>38</sup> Na verdade, o padre Biagini data o episódio de 1983, ou seja, 11 anos antes de minha conversa com Ida Balò. No entanto, o fato de um narrador autorizado como a senhora Balò utilizar a mesma fórmula para os dois eventos indica que ela os vê como mais ou menos contemporâneos.

VL. – Em 84...<sup>39</sup>

Amintore Fanfani, um político católico conservador que ocupou todos os cargos do governo italiano por quase meio século (incluindo, várias vezes, o de primeiro ministro), tinha sua base eleitoral na província de Arezzo. Seu nome é freqüentemente citado nas narrativas de Civitella como o benfeitor “providencial” que ajudou a “ressurreição” do povoado no pós guerra.<sup>40</sup> Isso, obviamente, não diminui a autenticidade e a força das histórias e sentimentos dos narradores: é bem possível que, desta vez, Fanfani estivesse realmente mais perto do que outros das necessidades materiais e emocionais da população. Sua presença, porém, sobretudo relacionada com a decisiva celebração de 1984, confirma que a memória é “dividida”, não só entre uma memória “oficial” e outra “comunitária”, mas também entre duas *memórias oficiais* e duas séries de cerimônias alternativas, geridas por campos políticos e institucionais opostos. A história da memória de Civitella ficaria incompleta sem a inclusão da história de suas manifestações públicas.

Essa memória pública, materializada em suas próprias narrativas e em seus narradores gabaritados, nos livros de depoimentos e nas peças sacras, não só é totalmente legítima, mas também está repleta de valores importantes, como inocência, humildade, obediência, compaixão, perdão, solidariedade familiar e grupal. Ela se fundamenta na experiência vivida e em emoções profundamente sentidas. Mas não deixa de ser uma construção bastante ideológica e institucional, distinta das memórias pessoais nas quais se baseia.

Pietro Clemente fala da “memória coletiva” de Civitella; Giovanni Contini da memória “do povoado”; Cappelletto e Calamandrei, da “memória grupal”. Todos termos legítimos do discurso histórico, pelo menos desde o trabalho de Maurice Halbwachs. Mas não se deve esquecer que a elaboração da memória e o ato de

---

<sup>39</sup> Mulher, 55 anos, 7 de julho de 1993.

<sup>40</sup> “Uma ajuda providencial foi nos dada pelo então jovem congressista Amintore Fanfani, que se interessou profundamente pela situação da cidade e se empenhou ativamente, entre outras coisas, na construção do aqueduto e de moradias populares, assim como na concessão de pensões para as viúvas”: Ida Baló Valli (CR:167). Não tenho certeza se, no caso de uma testemunha tão sinceramente religiosa, a palavra “Providencial” deva ser tomada como mero coloquialismo, isenta de implicações sacras. O parágrafo seguinte começa assim: “Civitella lentamente *ressuscita*” (grifo meu). M.C. recorda que “mais tarde, construíram as casas populares, as casas Fanfani (...) Na época, era ele quem mandava. Deve ter sido em 48, quando fizeram a comemoração da água de Fanfani”. A.M. recorda que Fanfani foi “o único que veio [a Civitella], ele obteve os recursos para o monumento através de algumas organizações ele é de Arezzo”. Mais uma vez, os narradores se projetam num papel histórico passivo. As casas Fanfani e a água de Fanfani não são nem um direito seu, nem consequência de uma ação sua, mas uma dádiva de um poderoso intermediário.

lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos, se lembram. Mesmo quando Maurice Halbwachs afirma que a memória individual não existe, sempre escreve “*eu me lembro*”. Por outro lado, Halbwachs descreve como um processo individual, até solitário, uma atividade essencial da memória: o esquecimento.<sup>41</sup>

Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é *social* e pode ser *compartilhada* (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história “social”); mas do mesmo modo que *langue* se opõe a *parole*, ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais. Ela só se torna memória coletiva quando é abstraída e separada da individual: no mito e no folclore (uma história para muitas pessoas: o “bom alemão”), na delegação (uma pessoa para muitas histórias: Ida Balò), nas instituições (sujeitos abstratos escola, Igreja, Estado, partido que organizam memórias e rituais num todo diferente da soma de suas partes). Todos esses três tipos de memória são encontrados em Civitella; a pressão para *não esquecer* e para extrair memórias de *um único grupo* (o círculo fechado dos sobreviventes) materializa o “controle social” descrito por Cappelletto e Calamandrei como a pressão da memória “coletiva” sobre a “individual”.

Quando compreendemos que “memória coletiva” nada tem a ver com memórias de indivíduos, não mais podemos descrevê-la como a expressão direta e espontânea de dor, luto, escândalo, mas como uma formalização igualmente legítima e significativa, mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições. Não podemos continuar procurando oposições somente entre campos de memória, e sim também dentro deles. A brilhante definição, “memória dividida”, precisa ser ampliada e radicalizada para definir não só a dicotomia (e hierarquia implícita) entre a memória institucional da Resistência e a memória coletiva da comunidade, mas também a pluralidade fragmentada de diferentes memórias.

A própria “memória do povoado” não é um todo sólido. As memórias inexprimíveis, sonegadas até mesmo do círculo familiar, coexistem com as memórias igualmente autênticas e comoventes, expostas publicamente na praça e na igreja. A

---

<sup>41</sup> Halbwachs, Maurice. *La mémoire collective*. Paris, Presses Universitaires de France, 1968. Sobre o esquecimento como um mecanismo da memória, ver: Lotman, Jurij M. & Uspenskij, Boris A. Sul meccanismo semiotico della cultura. In: *Tipologia della cultura*. (trad. de Remo Faccani. Milano, Bompiani, 1973. p. 46-7.

memória então, dividida por gerações; e o que é mais dramático, até mesmo as individuais dividem-se internamente entre o desejo de silenciar e esquecer e a necessidade de se expressar: “*Não queria* escrever nada, porque é uma tarefa dolorosa para mim e porque prometi a meu irmão que não o faria, e é por isso que lamento. Mas tinha que *escrever* porque minha mãe teria gostado” (Giuliana Sabatini Migliorini, CR:322; grifo nosso).

A memória do povoado está também socialmente dividida pelo menos se “povoado” quiser dizer Civitella como ela é hoje e as pessoas que lá vivem, e não uma imagem congelada de 1944. Muitos dos atuais habitantes mudaram-se para lá depois da guerra; entre eles estão os descendentes dos “camponeses” e “dos que não valiam nada”, mantidos então fora dos muros e hoje fora da narrativa: “com as outras pessoas que não moravam em Civitella, com eles, não falamos sobre isso. Eram todos camponeses” (S.M.). Essas novas pessoas, porém, também têm suas próprias memórias, que talvez devessem ser reconhecidas como parte da memória daquilo que hoje é seu povoado.

A memória das instituições e a memória da Resistência também são divididas. Um paradoxo na conferência de Arezzo foi, às vezes, parecer que a única “memória oficial” era a da Resistência e a única “ideologia” a da esquerda. É verdade que vivemos numa época em que os formadores de opinião e os políticos podem afirmar que nestes últimos 50 anos a Itália foi governada por uma “hegemonia marxista” e até um “governo comunista”, transformando essa mentira ridícula em senso comum, sem praticamente qualquer oposição por parte daqueles que deveriam ser mais bem informados. É também verdade que a província de Arezzo é desde a guerra administrada pela esquerda. Mas quem quer que tenha trabalhado em Arezzo reconhece, mesmo na controvérsia sobre as celebrações em Civitella, a tensão histórica entre as instituições locais mantidas pela esquerda e a presença das instituições centrais do Estado, controladas por uma figura poderosa como Amintore Fanfani. Até mesmo na Toscana “vermelha”, afinal, os prefeitos são indicados pelo Ministério do Interior, os bancos são controlados pelo capital, as ondas sonoras são dominadas por redes nacionais e o jornal mais importante é o conservador *La Nazione*.

A memória da Resistência, de fato, nunca coincidiu com o discurso do Estado. Se a Resistência se tornou memória “oficial”, isso ocorreu muito mais tarde, e à custa de convertê-la num ritual de monumentos e coroas de flores, uma cerimônia



acomodada e inócua da esfera política, da qual a gente do povo se sente cada vez mais afastada. Mesmo assim, a memória oficial da Resistência seria uma coisa se celebrada por um presidente como o ex-membro da Resistência Sandro Pertini, e outra se por um reacionário e corrupto como Giovanni Leone. De fato, VC. acha que o atual presidente, o católico Oscar Luigi Scalfaro, deveria comparecer às celebrações de Civitella, mas afirma que se Pertini ousasse aparecer sairia vaiado do povoado.

Por fim, até mesmo as memórias da Resistência local são múltiplas e divididas: as versões contraditórias dadas pelos *partisans* acerca da ação de 18 de junho são também resultado da percepção e da avaliação fragmentadas daquele acontecimento vital. Uma memória dividida é a do líder da Resistência Edoardo Succhielli, que, apesar de defender sua versão em público, com registros e processos judiciais, provavelmente sempre teve conhecimento do que acabou admitindo –talvez tarde demais- ao historiador Giovanni Contini: a ação foi um erro e causou o mal que se abateu sobre o povoado e sua população. Outra é a do dr. Gambassini, o médico do povoado, que ajudou a Resistência e deixou Civitella depois da guerra: diz se que, durante toda a vida carregou dentro de si um forte sentimento de culpa, mas aparentemente o reprimiu em sua autobiografia publicada.<sup>42</sup>

A conferência de Arezzo foi importante porque deu atenção a algumas dessas outras memórias, respeitou e entabulou diálogo com seus portadores (espero que também nos tenham dado atenção), e situou os eventos de Civitella no contexto de uma história que envolve todo um continente. Seria um erro, porém, considerar as memórias de Civitella um núcleo sólido, impenetrável ao pensamento, imune à história e à política, inacessível à análise crítica. Confrontar as memórias de outros e ser modificado nesse encontro é diálogo; desistir das nossas, sem pensar, é capitulação.

*24 de agosto. Chove, mas minhas flores permanecem lá. O jornal de hoje diz que “por pelo menos dois meses, suásticas maculam o monumento aos mártires da Resistência em Ostia, enquanto o distrito nada faz a respeito”. O distrito de Ostia (subúrbio de Roma à beira mar) é governado por (ex?) fascistas da Alleanza Nazionale. O noticiário nacional do mesmo jornal informa que um juiz na Argentina negou a extradição de Eric Priebke, torturador nazista e oficial no massacre das Fossas Ardeatinas. Ele nunca teve de pedir perdão a ninguém.*

---

<sup>42</sup> Contini, La memoria divisa (ver nota 2).